

# **Quarteirão do Mosquito: as origens da cidade de Coronel Xavier Chaves**

Fábio Carlos Vieira Pinto<sup>1</sup>

Um ribeirão de águas turvas empresta seu nome para um lugar do interior mineiro já na primeira metade do século XVIII: Mosquito. Provavelmente a natureza deste sertão marcou a toponímia. Os insetos que circundavam o ribeiro nomearam todo um território! O que denominamos quarteirão do Mosquito conformou-se entre as décadas de 1710 e 1740, com a concessão de sesmarias e a ocupação das terras. Pretendemos apresentar a formação territorial da Fazenda do Mosquito e de seus arredores desde o início do século XVIII, percebendo as estratégias utilizadas pelos povoadores da região para ocupar as terras, explorá-las economicamente e desenvolvê-las a ponto de torná-las um aglomerado urbanizado no início do século XX. A mineração não foi o cerne de ocupação das fazendas em tela, o que contribui para a historiografia agrária e regional do Estado de Minas Gerais e do Brasil, trazendo especificidades regionais.

Do início do século XVIII até 1911, quando é criado o distrito de São Francisco Xavier, a sociedade e a economia da região da fazenda do Mosquito passam pela conformação de redes de sociabilidade, para a articulação política de um distrito, sob os auspícios de uma liderança política surgida em fins do século XIX, a do coronel Francisco Rodrigues Xavier Chaves, representando a síntese das alianças forjadas entre as famílias ocupadoras da região desde o início do século XVIII.

A mais antiga sesmaria que encontramos é datada de 1718, sendo doação da região do Brumado, subordinada a Lagoa Dourada, a Guilherme de Oliveira Lara. Esta região fará parte do município posteriormente. O documento faz menção à ocupação das terras há pelo menos quatro anos, o que nos coloca o ano de 1714 como marco inicial para a pesquisa. Segundo Maria Lúcia Teixeira, o documento mais antigo referente à Lage (atual Resende Costa) data de 1748, a pedido de Manoel Lopes Ribeiro (TEIXEIRA, 2007, p. 50). Especificamente para a Fazenda do Mosquito, em 1757, foi concedida a carta de sesmaria a Manoel de Magalhães de Freitas, sendo essa a primeira referência direta à fazenda por nós encontrada na documentação, embora no conjunto documental, a família Freitas não seja recorrente.

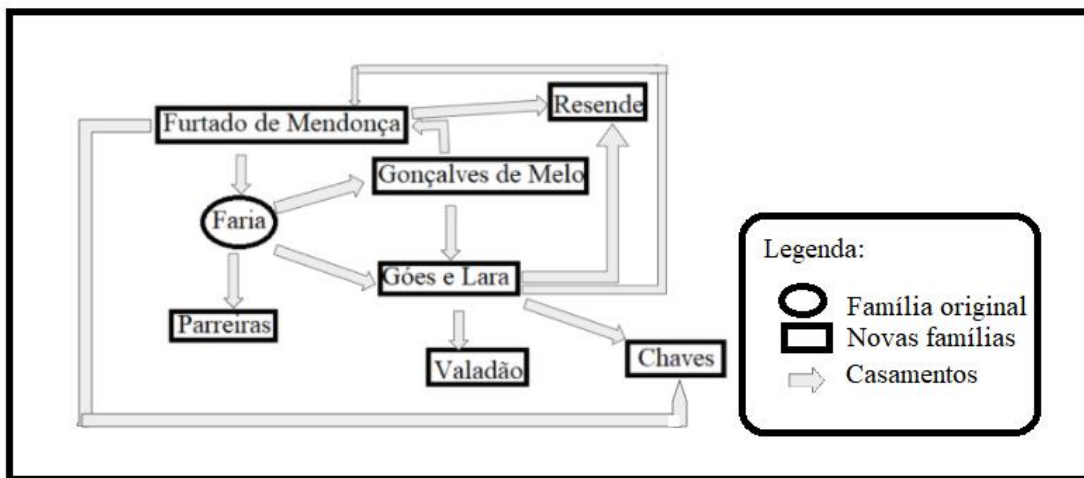
---

<sup>1</sup> Doutor em História pela UFOP, mestre, especialista e historiador pela UFSJ, professor da rede estadual de ensino.

### *As famílias*

Até o final do século XIX formou-se uma rede familiar, tecida em uma teia de casamentos. Faria, Gonçalves de Melo, Góes e Lara, Parreiras, Mendonça, Valadão, Resende e Chaves são as principais famílias recorrentes na documentação e, ligaram-se através de casamentos, passando a predominar no início do século XX o núcleo Chaves na região. Embora a última família a chegar na área, através das alianças formadas, passou a representar o interesse dos grupos proprietários já em fins do XIX. O diagrama abaixo ilustra a rede composta pela parentela.

**Diagrama 1 – Parentela do Mosquito**



FONTE: Inventários *post-mortem* Arquivo Histórico do Escritório Técnico do IPHAN – São João del Rei; Registros Paroquiais de batismo, óbito e casamento – Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del Rei.

Esta parentela ocupou o território que hoje compõe o município de Coronel Xavier Chaves. O capitão Mateus José de Faria é o patriarca da parentela estudada e vários de seus herdeiros ostentaram títulos. Mateus Furtado de Mendonça, que empreendeu três casamentos na família Faria (primeiro com duas netas de Mateus José e, depois, com uma filha do mesmo) tornou-se o personagem mais marcante e atuante da família, configurando-se também como liderança política local da primeira metade do século XIX, sendo vereador na Vila de São José entre as décadas de 1830 e 1860 e possuindo o título de comendador. A família também estava presente diretamente no clero, como, por exemplo, com o padre Joaquim Gonçalves Lara, mais um líder na Câmara, com vereanças nas décadas de 1830 e 1860.

### *A Igreja*

A Igreja católica configurava-se como um mecanismo de poder no Brasil colonial e

imperial. A ereção de capelas no interior de Minas Gerais era uma realidade no processo de organização e ocupação territorial. Segundo Francisco Andrade, as capelas configuravam mecanismos de poder, sendo comum que proprietários locais erigissem templos nos sertões de Minas Gerais ao longo do século XVIII. Além do aspecto religioso, havia o intuito de dominarem uma rede familiar e clientelista, incluindo as capelas, para além do uso doméstico, num uso ampliado à população de uma região. Geralmente o padroado local era administrado pelo potentado do lugar, que costumava indicar parentes ou pessoas próximas a ele para ser o capelão, conferindo mais prestígio local. Na maioria das vezes, as capelas erigidas eram filiais a matrizes das vilas mais próximas (ANDRADE, 2007, p. 155-158).

No caso do Mosquito, a principal capela, Nossa Senhora da Conceição, subordinava-se à matriz de Santo Antônio, da vila de São José (Tiradentes), embora estivesse subordinada à Lage entre 1840 e 1852.<sup>2</sup> A capela de Nossa Senhora da Conceição do Mosquito era a capela da fazenda principal e atendia a demanda de toda a população do quarteirão. Segundo Olinto Santos Filho,

A capela de Nossa Senhora da Conceição surgiu em época remota, possivelmente entre 1770 e 1780, embora haja lápide com possível data de 1768 na entrada da capela. [...] foi construída como capela rural filial da Matriz de Santo Antônio [...] e nunca foi ermida ou oratório de fazenda, mas capela filial, ora com capelão, ora sem capelão (SANTOS FILHO, 2021, p. 1-2).

As características arquitetônicas da capela sugerem que a construção seja efetivamente da segunda metade do século XVIII devido ao “apuro técnico e formal deste monumento”(SANTOS FILHO, 2021, p. 9).

Provavelmente deve ter existido alguma construção de taipa e barro anterior à atual igreja, que está representada na imagem da Foto nº 1 mais abaixo, a julgar as considerações do pesquisador supracitado.

Há referências anteriores a esse período com nomenclaturas distintas para a capela. O mais antigo registro que encontramos com menção à Capela de Nossa Senhora da Conceição da Freguesia da Vila de São José data de 24 de junho de 1745, num batismo de um escravizado de Maria Madalena do Sacramento.<sup>3</sup> O padre fora registrado como

---

<sup>2</sup> “Em 3 de abril daquele ano [1840], assinava o presidente da Província de Minas Gerais, doutor Bernardo Jacinto da Veiga, a Lei nº 184, que, em seu artigo 1º, parágrafo 3º, elevava o Curato da Lage à Paróquia, com a anexação das capelas de Santa Rita do Rio Abaixo e do Arraial do Mosquito, ambas desmembradas da Freguesia da Vila de São José, para a qual voltaram a pertencer em virtude da Lei nº 576, de 5 de maio de 1852” (CHAVES, 2014, p. 80).

<sup>3</sup> Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del Rei. Registros de Batismos: Livro 6, caixa 2 (livro suplementar), fl. 16.

[Bernardo] José de Faria. Em 1752, o registro da capela como sendo de Conceição do Mato Dentro começa a aparecer e, em 1757, como pertencente a Pedro Bernardes Caminha.

A partir da década de 1770, o registro da capela consolida-se como Conceição do Mosquito ou do Ribeirão do Mosquito, sendo muitas vezes chamada apenas de Capela do Mosquito ao longo do século XIX.<sup>4</sup> As fotos 1 e 2, a seguir, apresentam a capela na segunda metade do século XX e na passagem do século XIX para o XX, respectivamente. Embora as datas das fotografias não sejam precisas, foi possível inferir a época representada com base nas descrições existentes para o referido monumento.<sup>5</sup> A foto 2 elucida bem o papel aglutinador da capela, bem como sua importância para a consolidação do povoamento e desenvolvimento do quarteirão do Mosquito ao longo do tempo. Hoje é a capela de Nossa Senhora do Rosário, na cidade de Coronel Xavier Chaves, Minas Gerais. O título do Rosário foi adotado em 1920, quando foi construída uma nova igreja matriz com a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Originalmente, a capela era rebocada e pintada de branco e azul. É a mais antiga construção ainda existente da fazenda do Mosquito e a tradição oral da cidade, atribui a ela a data de 1717, o que não pudemos verificar em nenhum documento pesquisado. Em 1973, em uma reforma, descobriu-se a estrutura toda de pedra e optou-se por deixá-la à mostra

**Foto 1 – Igreja do Rosário (antiga Capela de Nossa Senhora da Conceição do Mosquito – até 1920, antes da reforma de 1973)**

---

<sup>4</sup> Registros Paroquiais de batismo, óbito e casamento – Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del Rei. Hoje é a capela de Nossa Senhora do Rosário, na cidade de Coronel Xavier Chaves, Minas Gerais.

<sup>5</sup> <<http://coronelxavierchaves.mg.gov.br/prefeitura/2017/04/01/igreja-de-nossa-senhora-do-rosario/>>. Acesso em 01/06/2021.



FONTE: Acervo da Secretaria Municipal de Cultura de Coronel Xavier Chaves, s/data.

**Foto 2 – Vista do povoado do Mosquito, início do século XX**



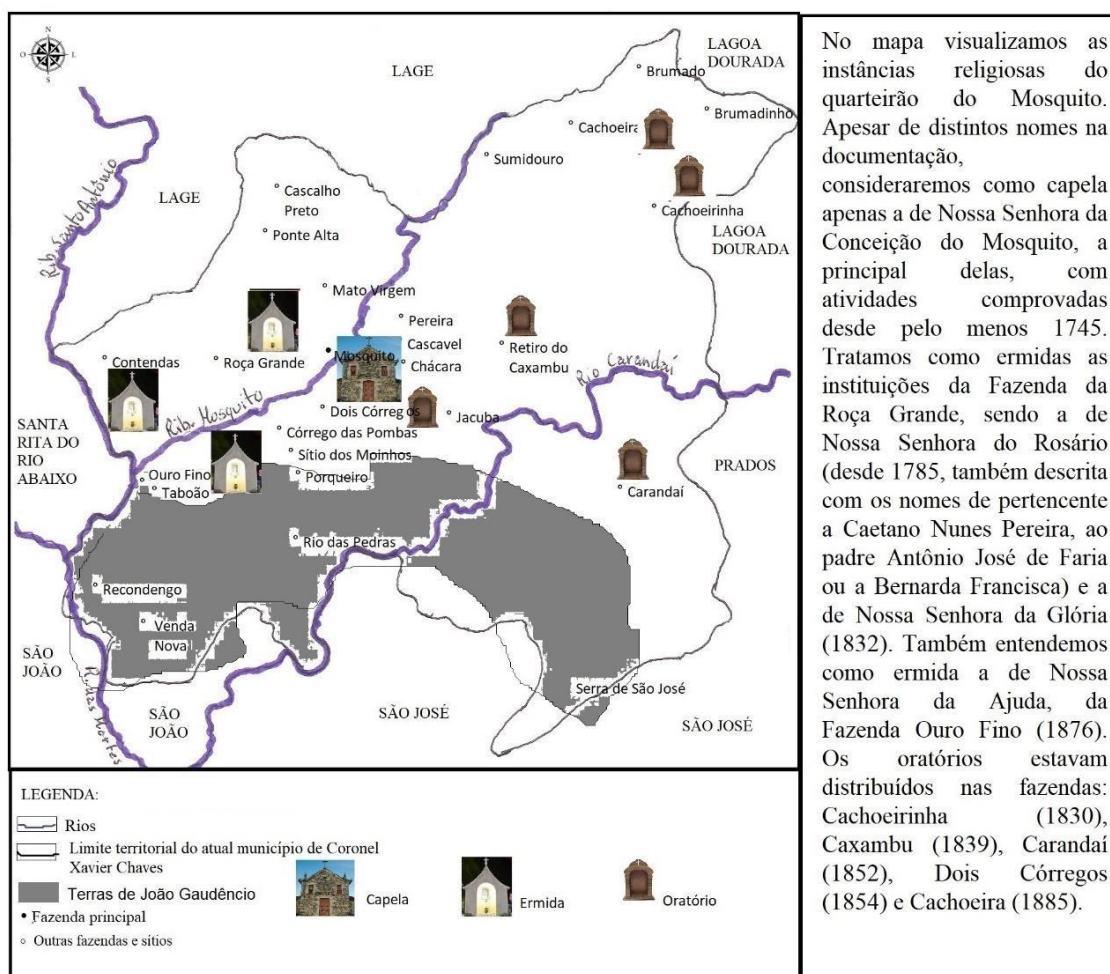
FONTE: Acervo da Secretaria Municipal de Cultura de Coronel Xavier Chaves, s/data.

Na Roça Grande havia a capela (ou ermida) do Rosário<sup>6</sup>, de uso familiar, mas onde também foram realizados diversos sacramentos de pessoas fora da parentela, mas a ela ligadas pela rede de sociabilidade, sendo muitos afilhados dos proprietários ou de seus parentes. Em casas sem capelas existiam os oratórios, conforme pudemos observar nas sedes dos Dois Córregos, do Caxambu e do Carandaí. Em todos esses lugares, as práticas religiosas estiveram presentes e foram permeadas pelas relações de poder empreendidas entre os grupos participantes.

---

<sup>6</sup> Também surgiu a ermida de Nossa Senhora da Glória nas terras dessa fazenda, mais tarde. Conferir Mapa nº 1.

## Mapa nº 1 – Instâncias religiosas no Mosquito



No mapa visualizamos as instâncias religiosas do quarteirão do Mosquito. Apesar de distintos nomes na documentação, consideraremos como capela apenas a de Nossa Senhora da Conceição do Mosquito, a principal delas, com atividades comprovadas desde pelo menos 1745. Tratamos como ermidas as instituições da Fazenda da Roça Grande, sendo a de Nossa Senhora do Rosário (desde 1785, também descrita com os nomes de pertencente a Caetano Nunes Pereira, ao padre Antônio José de Faria ou a Bernarda Francisca) e a de Nossa Senhora da Glória (1832). Também entendemos como ermida a de Nossa Senhora da Ajuda, da Fazenda Ouro Fino (1876). Os oratórios estavam distribuídos nas fazendas: Cachoeirinha (1830), Caxambu (1839), Carandaí (1852), Dois Córregos (1854) e Cachocira (1885).

FONTE: Elaboração própria. APM, Registro de terras. Inventários *post-mortem*, Arquivo Histórico do Escritório Técnico do IPHAN de São João del Rei, Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del Rei (livros de batismo, casamentos e óbitos).

### As fazendas

O capitão português Pedro Bernardes Caminha casou-se em Lagoa Dourada em 1730 com Ângela de Góes Cardoso, nascida na região, exemplificando o tão comum casamento entre portugueses e mineiras. Tiveram oito filhos, dentre os quais Maria Bernardes que veio a residir na Fazenda do Mosquito. O capitão de ordenanças da vila de São João del Rei, Pedro Bernardes Caminha, deve ter sido o responsável pela construção da capela de Nossa Senhora da Conceição do Mosquito. Maria Bernardes casou-se com Domingos Gonçalves de Góes, o qual faleceu em 1788, no Mosquito. Domingos adquirira as terras através de carta de sesmaria passada em 23 de dezembro de 1762<sup>7</sup>, como sendo um sítio no distrito de Santa Rita e da Lage, composto por capões, matos, capoeiras e campos. Em 1788, as terras da fazenda do Ribeirão do Mosquito, compostas por casas de

<sup>7</sup> APM. Sesmarías. Códice SC 172, p. 159.

vivenda, paiol, engenho, senzalas, moinho e chiqueiros, tudo coberto de telha, além de terras de plantas e capoeiras e seus logradouros importavam a quantia de 2:000\$000 (dois contos de réis). Seu único herdeiro foi João Gonçalves de Lara e Góes, o qual se casou com uma filha de Mateus José de Faria, Josefa Maria de Faria. Este casamento inicia a intrincada rede já demonstrada no diagrama 1, mais acima.

A parentela dominou o quarteirão do Mosquito, composto por várias fazendas. O patriarca Mateus José de Faria<sup>8</sup>, o capitão português que migrou para a região em data incerta, mas que já vivia nela desde o final da década de 1770.<sup>9</sup> Composta por casas de vivenda, engenho de cana de pilões, quintal, moinho, paiol, senzalas, terras de plantar, capoeiras, pouco mato virgem e campos de criar, a fazenda Ribeirão do Mosquito, continuou sendo a residência da viúva Bárbara Francisca de Jesus, inventariada pelo genro, o guarda-mor Manoel José Parreiras, em 1823.<sup>10</sup> Dos filhos do casal, quem permaneceu morando nas terras da fazenda foi a filha solteira Gertrudes Caetana de Faria<sup>11</sup>, que aparece como uma próspera lavradora na lista nominativa de 1838, quando possuía 17 escravizados. A filha mais velha, Josefa Maria de Faria contraiu matrimônio com o vizinho de seu pai, João Gonçalves de Lara e Góes, herdeiro dos primeiros povoadores da região. Analisando estes dados foi possível perceber que a fazenda do Mosquito era, na verdade, dividida em duas, possuindo duas sedes. A porção ocidental pertencia a Mateus José de Faria, enquanto o lado oriental era do quartel-mestre João Gonçalves de Lara e Góes, que se tornou seu genro, unificando na mesma parentela todo o território da fazenda. A Capela de Nossa Senhora da Conceição, já destacada em outro momento, localizava-se na porção leste. Porém, o engenho mais antigo em funcionamento ainda hoje em Minas Gerais, o Engenho Boa Vista, localiza-se no lado oeste das antigas terras do Mosquito, embora, segundo as informações fornecidas pelos proprietários, o engenho não tenha pertencido aos familiares de Mateus Faria, mas, sim aos de Tiradentes, conforme transcrição apresentada abaixo

Sabe-se da existência do engenho Boa Vista desde o ano de 1755, no entanto, a data e os responsáveis por sua construção são desconhecidos. Em 1755 era de

---

<sup>8</sup> Inventário de Mateus José de Faria, 1820, caixa C44, Arquivo Histórico do Escritório Técnico do IPHAN – São João del Rei.

<sup>9</sup> Segundo dados encontrados em documentação eclesiástica, Mateus José de Faria já ocupava as terras do Mosquito desde 1778. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – AEAM, armário 11, pasta 116, processo De Genere et Moribus do Padre Antônio Gonçalves de Melo, Genere de 1821.

<sup>10</sup> Inventário de Bárbara Francisca de Jesus, 1823, caixa 376, Arquivo Histórico do Escritório Técnico do IPHAN – São João del Rei.

<sup>11</sup> Em 20 de abril de 1856, o filho de Gertrudes, Joaquim José Parreiras, registra a propriedade de suas terras, confrontando com parentes do Mosquito e com o Porqueiro. APM. Registro São José, fl. 44 e 44v.

propriedade de Vicente Luís Loureiro, que mais tarde o vendeu para Manoel de Barros, pardo e forro, casado com Antônia Teles que venderam o engenho para Maria da Conceição Xavier, casada com Lourenço Coutinho que por sua vez fez a doação para Domingos Silva Xavier<sup>12</sup>, em 1763 “para efeito de se tornar padre”. Ordenou-se sacerdote, era afilhado do inconfidente Padre Toledo e foi vigário de São João del Rei. Participante da Inconfidência Mineira, foi perseguido, fugindo para Cuiabá, onde exercia o ofício de rábula, sendo preso em 1791. Padre Domingos da Silva Xavier era irmão mais velho de Tiradentes. O engenho nunca deixou de pertencer à família Xavier.<sup>13</sup>

**Foto 3 – Fachada do Engenho Boa Vista atual**



FONTE: <<http://coronelxavierchaves.mg.gov.br/prefeitura/2017/04/01/engenho-boa-vista/>> Acesso: 28/05/2020.

Interessa destacar o lapso de tempo na descrição apresentada na história oficial da cidade de Coronel Xavier Chaves sobre a propriedade do engenho, que compreende o final do século XVIII e toda a primeira metade do século XIX, quando a parentela dos Faria ocupou efetivamente a região. Só em um inventário de 1903, do major Cipriano Rodrigues Chaves Júnior<sup>14</sup>, conseguimos localizar informações sobre o engenho comentado, sendo o major, segundo os dados da pesquisa, um descendente do Tiradentes. Mas também o era da parentela em estudo. O casamento de Joana Mendonça, a filha caçula de João Gonçalves de Faria Lara, com Francisco Rodrigues Xavier Chaves efetuou o “apagamento” histórico da constituição da rede familiar que ora estudamos, uma vez que um novo sobrenome veio ocupar o espaço dos vários membros da parentela. Como

---

<sup>12</sup> Domingos da Silva Xavier foi ordenado em 9 de março de 1765, no Rio de Janeiro, durante época em que a Sé estava vaga em Mariana (TRINDADE, 1953, p. 138).

<sup>13</sup> Disponível em <<http://coronelxavierchaves.mg.gov.br/prefeitura/2017/04/01/engenho-boa-vista/>> Acesso em 28/05/2020.

<sup>14</sup> Inventário de Cipriano Rodrigues Chaves Júnior, 1903, caixa 54, Arquivo Histórico do Escritório Técnico do IPHAN – São João del Rei.



herdeira de seus antecessores, Joana legou ao marido as propriedades e também capital político e o poder na região. Se anteriormente, ao longo do Oitocentos, o nome político do quarteirão do Mosquito mais influente tinha sido o de Mateus Furtado de Mendonça, o final do século e o início dos anos 1900 viram esta liderança ser assumida pelo então Coronel Francisco Rodrigues Xavier Chaves. Desta forma, aventamos a hipótese de as terras da fazenda Boa Vista do Mosquito, de Cipriano Chaves, terem sido também as da parentela iniciada pelos Faria.

Tratamos de uma região configurada por fazendas, no interior mineiro, ao longo do século XIX. Vários viajantes estiveram por essas terras e fizeram suas observações de como se formavam estas fazendas. Saint-Hilaire diz que os campos eram muito variados. Tais campos seriam importantes na constituição das áreas de pastagens e de cultura.

A freguesia, divisão eclesiástica, era uma das formas mais comuns de organização espacial e administrativa empreendida no território brasileiro durante o século XIX. O quarteirão do Mosquito esteve ligado a cinco freguesias, ao longo do tempo: Prados, Lage, Lagoa Dourada, São José e São João. A subordinação às freguesias em questão variava também em função dos interesses dos proprietários da região para a formação de sua rede de sociabilidade.

Lagoa Dourada seria uma região bem povoada já em 1717. Em 1734, a capela de Santo Antônio da Lagoa Dourada encontrava-se subordinada a Prados. Só em 1832 tornou-se freguesia e, em 1834, paróquia. Desde o início do século XIX era descrita como arraial do termo da Vila de São José e, em 1911, tornar-se-ia vila e município, desmembrando-se de Prados (BARBOSA, 1995, p. 181; TRINDADE, 1945, p. 129).

Prados surgiu como centro de mineração no início do século XVIII. A capela dos Prados já era mencionada em documentos de 1716. Em 1729, é referida como uma freguesia, mas tornou-se paróquia colativa apenas em 1752. Em 1738, tivera implantada uma Companhia de Ordenanças. No início do século XIX figurava como importante arraial da vila de São José. Em 1890, tornou-se vila e município, desmembrando-se de Tiradentes (antiga São José) (BARBOSA, 1995, p. 269; TRINDADE, 1945, p. 241).

A capela de Nossa Senhora da Penha de França, na Lage, foi erigida em 1749, como filial da matriz de São José. Outro arraial importante da Vila de São José, no século XIX, Lage tornou-se distrito em 1836, quando incluiu o quarteirão do Mosquito em sua área de influência. O curato e a freguesia foram estabelecidos em 1840. A mesma lei que

emancipou Lagoa Dourada, a lei estadual nº 556, de 30 de agosto de 1911, criou a vila e o município de Resende Costa, instalado em 1912 (BARBOSA, 1995, p. 279; TRINDADE, 1945, p. 128-129). Foi esta mesma lei que incluiu o povoado do Mosquito, pertencente a Tiradentes, ao município de Prados que acabava de perder o território de Lagoa Dourada (BARBOSA, 1995, p. 103). Quando encaminhado o pedido de criação do município de Resende Costa, os habitantes haviam solicitado a inclusão do Arraial do Mosquito (logo, distrito de São Francisco Xavier) à nova municipalidade, alegando laços políticos e sociais de domínio e de relações de longa data. Inclusive as lideranças políticas do distrito de São Francisco Xavier na época, o coronel Militão Rodrigues de Mendonça Chaves e o coronel Francisco Rodrigues Xavier Chaves participaram das solenidades de implantação de Resende Costa, sendo que os festejos formais se realizaram na casa do último, localizada na nova cidade. O coronel Xavier Chaves era chefe político de São Francisco Xavier, último proprietário da fazenda do Mosquito antes da criação do distrito, e membro do Diretório da Lage. Os dois últimos personagens citados são membros da parentela que estamos estudando.<sup>15</sup> Embora fossem lideranças locais, tiveram seus anseios de união à nova cidade de Resende Costa frustrados pela inclusão do distrito de São Francisco Xavier a Prados. Mas não seriam deixadas de lado as compensações da Assembleia estadual. Desde 1908, o coronel Xavier Chaves já conseguira do Estado de Minas Gerais a contratação de professoras para o arraial do Mosquito, o que continuou sendo subsidiado com a implantação do distrito em 1911 (CHAVES, 2014, p. 61-65).

Voltando às nossas fazendas. A antiga Fazenda do Mosquito, presente em documentação cartorial e eclesiástica desde o século XVIII, é um exemplo de ocupação das terras mineiras sem ligação direta com a atividade mineradora. A fazenda destacava-se na região, sendo que no século XIX, segundo a lista nominativa de 1838, encabeçava um dos quatro quarteirões do Arraial da Lage (atual Resende Costa), englobando uma série de fazendas vizinhas.<sup>16</sup> A lista nominativa de 1838, especifica a região do Mosquito como um quarteirão do distrito da Lage, apresentando as seguintes fazendas: Caxambu,

---

<sup>15</sup> Francisco Rodrigues Xavier Chaves casou-se com Joana Batista de Mendonça Lara, membro da terceira geração da parentela Faria, sendo bisneta do casal fundador

<sup>16</sup> Subordinado ao termo da Vila de São José del Rei, o quarteirão do Mosquito cresceu no fim do século XIX e, em 1911, a região foi transformado em distrito, sob o nome de São Francisco Xavier, sendo incorporado ao município de Prados. Em 1943, recebeu o nome de Coroas e, com a Lei nº 2764, de 1962, tornou-se um novo município, com o nome de Coronel Xavier Chaves (BARBOSA, 1995, p. 103).

Cachoeira, Carandaí, Mosquito, Roça Grande, Ponte do Taboim, Retiro dos Dois Córregos, Porqueiro, Recondengo e Venda Nova.

A lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, proibiu a aquisição das terras devolutas no Brasil por outro meio que não fosse a compra, colocando, assim, oficialmente o fim no sistema de sesmarias. Cumprindo a legislação, em Minas Gerais, os párocos responsáveis pelas freguesias deram início aos registros das terras.<sup>17</sup> Porém, vale mencionar antes de procedermos à análise das terras registradas, uma mudança burocrática no que era o quarteirão do Mosquito. Em 1850, uma comissão composta de três pessoas, foi estabelecida para avaliar os limites administrativos do termo da vila de São José. Mateus Furtado de Mendonça, líder da parentela que compõe a rede familiar em estudo, era um dos membros da comissão. Morador no Retiro do Caxambu, era uma liderança política do quarteirão. Neste momento, os limites de São José foram considerados adequados, exceto o curato da Lage, considerado demasiadamente grande, o que resultou na retirada do quarteirão do Mosquito e sua reincorporação à Freguesia de São José (TEIXEIRA, 2007, p. 44).

As fazendas do quarteirão apareceram em 53 registros promovidos na década de 1850. Há casos em que o declarante que registrou a propriedade informou de modo generalizado os demais possuidores da terra. Outro fato a ser destacado diz respeito à ausência de informação sobre a dimensão das propriedades em 67,9%, no caso de nossa mostra (36 registros). Além disso, muitos declarantes que informaram as dimensões da propriedade não o fizeram de forma precisa.

### *A mineração*

A mineração não foi a responsável direta pela ocupação efetiva das terras do quarteirão do Mosquito. Embora as vilas del Rei e os arraiais de Prados e Lagoa Dourada tenham sido ocupados em virtude das atividades de exploração do ouro, a região do Mosquito já mostrava sua aptidão à agricultura e à pecuária. Vale destacar, conforme Francisco Andrade, que desde o movimento das bandeiras, ainda no século XVII, mas especialmente depois das crises de fome ocorridas no início do século XVIII, nas regiões

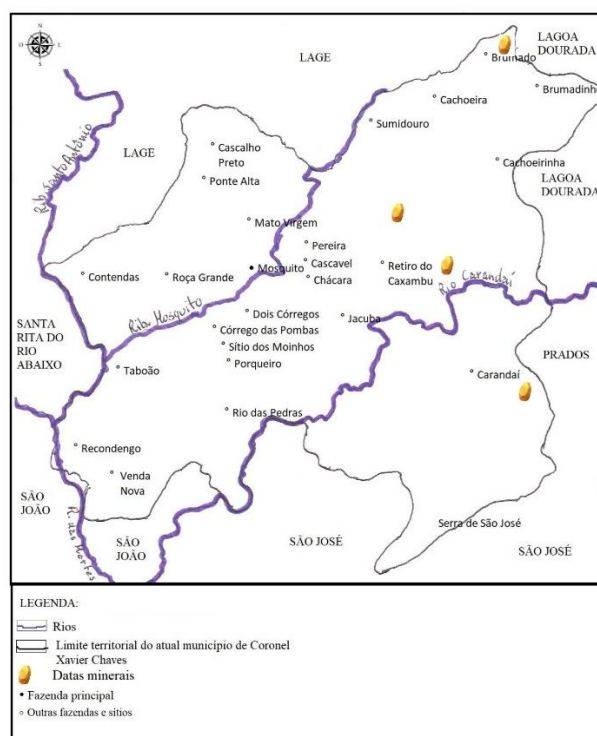
---

<sup>17</sup> A documentação está disponível digitalizada pelo Arquivo Público Mineiro. APM. ACERVO. REPARTIÇÃO ESPECIAL DAS TERRAS PÚBLICAS. In: <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/terras\\_publicas/search.php?query=&andor=AND&dt1=&dt2=&notacao=&nantiga=&ordenar=30&asc\\_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id\\_REQUEST=0a94dda04639b057c378d68c46f298c0](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/terras_publicas/search.php?query=&andor=AND&dt1=&dt2=&notacao=&nantiga=&ordenar=30&asc_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id_REQUEST=0a94dda04639b057c378d68c46f298c0)>. Nas citações aparecerá como APM. Registro de Terras.

de minas, era comum o estabelecimento de roças e criações locais, inclusive nas trilhas e caminhos dos sertanistas (ANDRADE, 2008, p. 162 e 165). Desde a década de 1730, os novos descobrimentos de ouro, em ribeiros com ricos depósitos, já eram bastante escassos. No entanto, uma série de outras atividades, dinamizadas pela mineração, tais como as plantações e a pecuária, iam ganhando mais importância (ANDRADE, 2008, p. 306 e 313). Data desta época a ocupação da fazenda do Mosquito por Pedro Bernardes Caminha, conforme já apontado anteriormente. O território do Mosquito já teria surgido, portanto, numa época de dinamização da economia de Minas Gerais, quando um processo de ruralização era empreendido, buscando ocupar as fronteiras e o sertão, com atividades conjugadas de agropecuária, mineração e comércio. Afonso de Alencastro menciona a existência das fazendas-mina como uma importante característica da comarca do Rio das Mortes, quando o amanho do ouro era uma prática conjugada a outras atividades de exploração econômica (GRAÇA FILHO, 2020). No caso do Mosquito, não há fazendas destacadas como as apresentadas pelo autor, confirmando as lides agrícolas e pecuárias como mais significativas. Uma mineração de caráter residual, no entanto, foi percebida.

Os dados dos inventários *post-mortem* sobre a mineração nas fazendas do quarteirão ilustram bem a situação do território. As poucas referências de propriedades minerárias estiveram ligadas às regiões vizinhas supracitadas e não englobavam parcela significativa dos habitantes do Mosquito.

#### **Mapa nº 2 – Datas minerais no quarteirão do Mosquito, 1795-1847**



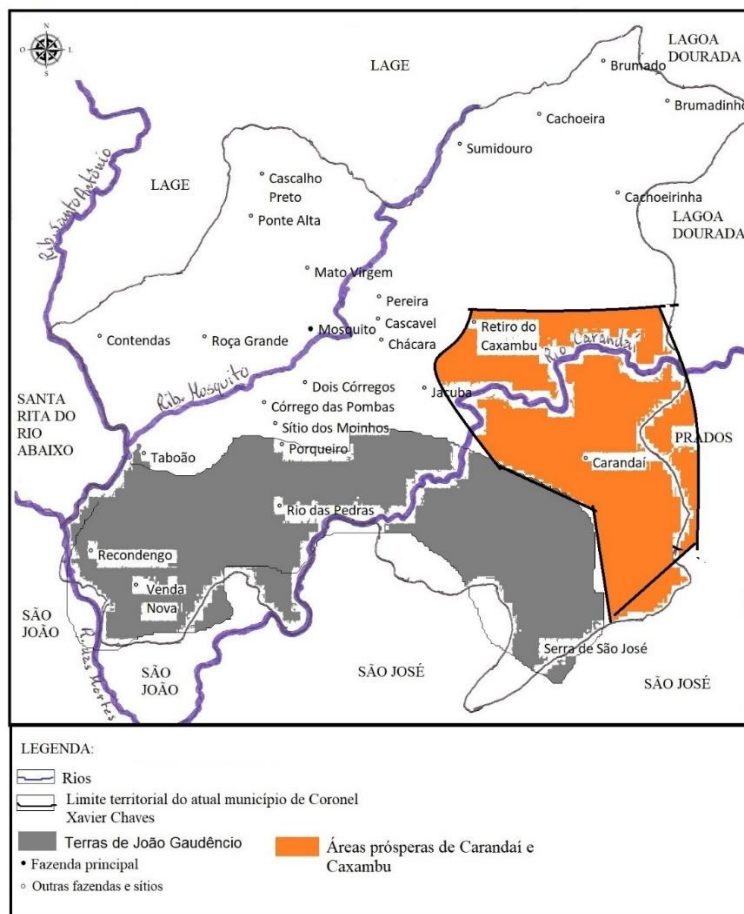
FONTE: Elaboração própria. APM, Registro de terras. Inventários *post-mortem*, Arquivo Histórico do Escritório Técnico do IPHAN de São João del Rei

### Agropecuária

Pelas impressões dos viajantes parece haver um espaço bastante vazio de fazendas no caminho de São João del Rei até Lagoa Dourada entre os anos de 1817 e a década de 1830, destacando-se apenas duas fazendas – Caxambu e Carandaí, sendo o rio Carandaí um marco importante da delimitação e ocupação espacial. Na década de 1860, Burton ainda perceberia essa configuração. Mas como entender a imagem apresentada pelos observadores estrangeiros? Um personagem, João Gaudêncio de Jesus, que não fazia parte do grupo familiar apresentado acima, desde a década de 1830 até a elaboração de seu inventário, em 1867, buscou consolidar um amplo patrimônio em terras. Tudo indica que a suposta baixa produtividade das áreas visitadas pelos viajantes e a fragilidade econômica de famílias que perdiam o chefe cabeça de casal teriam permitido ao potentado adquirir terras provavelmente não muito valorizadas individualmente, mas que eram contíguas, inclusive às suas propriedades originais, da Fazenda do Recondengo. Afinal, “a terra era o principal meio de produção, mas, por si só não agregava valores, o que a tornava rentável era o trabalho investido e as relações mercantis e sociais que se desenrolavam em torno da sua produção” (MELO, 2015, p. 81). Sendo assim, João Gaudêncio investiu na concentração de terras como uma de suas variadas atividades econômicas para, em seguida, torná-las produtivas de alguma maneira, conforme veremos

no mapa sobre a pecuária. O Mapa nº 3 abaixo representa a concentração de terras de João, além de mostrar a área que permanecia próspera ao longo do século XIX e que estaria na órbita das propriedades da parentela do Mosquito.

**Mapa nº 3 – As terras de João Gaudêncio e as Fazendas do Carandaí e do Caxambu**



FONTE: Elaboração própria. APM. Registro de terras. Inventários *post-mortem*, Arquivo Histórico do Escritório Técnico do IPHAN de São João del Rei

A diversificação econômica mineira sustentava-se em setor comercial dinâmico marcado pela peculiaridade da formação econômica e social de Minas, que teve investimentos no setor de produção, graças à monetização da capitania, o que permitiu às atividades comerciais um dinamismo próprio, após a crise da mineração (CHAVES, 1999, p. 43). Na verdade, as produções para o mercado interno – agricultura, pecuária, artesanato, manufaturas – juntamente com os produtores e os comerciantes configuram os “elos necessários do mercado interno e do crescimento endógeno da colônia” (CHAVES, 2001, p. 38-39). Paula Pinto endossa essa constatação e aponta que as fazendas mineiras formavam um sistema horizontalmente integrado, capaz de absorver os impactos causados pela mineração, ao mesmo tempo em que alimentava o comércio

interno da capitania, além de abastecer outras, como a do Rio de Janeiro (PINTO, 2018, p. 122).<sup>18</sup> Minas desde o início do século XVIII apresentava atividades agropecuárias, conforme os pedidos de sesmaria apontam. Mafalda Zemella alerta que as várias dificuldades de abastecimento da capitania conduziram à formação de zonas rurais autossuficientes e de subúrbios de vilas e cidades que produziam bens para o abastecimento local (ZEMELLA, 1990, p. 195). Mas a mineração ensejou também um dinamismo comercial, inclusive com surgimento de grupos de atravessadores de produtos. No caso da região de São João del Rei, incluída na área mineradora, há desde logo a inclusão das atividades agrícolas e pastoris, entre as práticas econômicas. Assim sendo, no início do século XIX, a chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro só fez destacar o papel de entreposto comercial desta região, que se configurava como um celeiro de abastecimento da praça carioca (RODARTE, 2012, p. 55-65).<sup>19</sup> Já na segunda metade dos anos 1840, consolidara-se e buscava recrutamento de novos membros, o circuito mercantil que ligava o Sul de Minas ao Rio de Janeiro, pelas vias de São João e São José del Rei, incluindo seus termos (Lage, Carrancas, Lagoa Dourada, Prados, Mosquito). Os distritos vizinhos a São João del Rei sentiram os reflexos da expansão do comércio de abastecimentos desta praça, aumentando a produção de alimentos e de animais e seus limites e expandindo as áreas de fronteiras para fora das regiões mineradoras (PINTO, 2018, p. 28, p. 66-67).

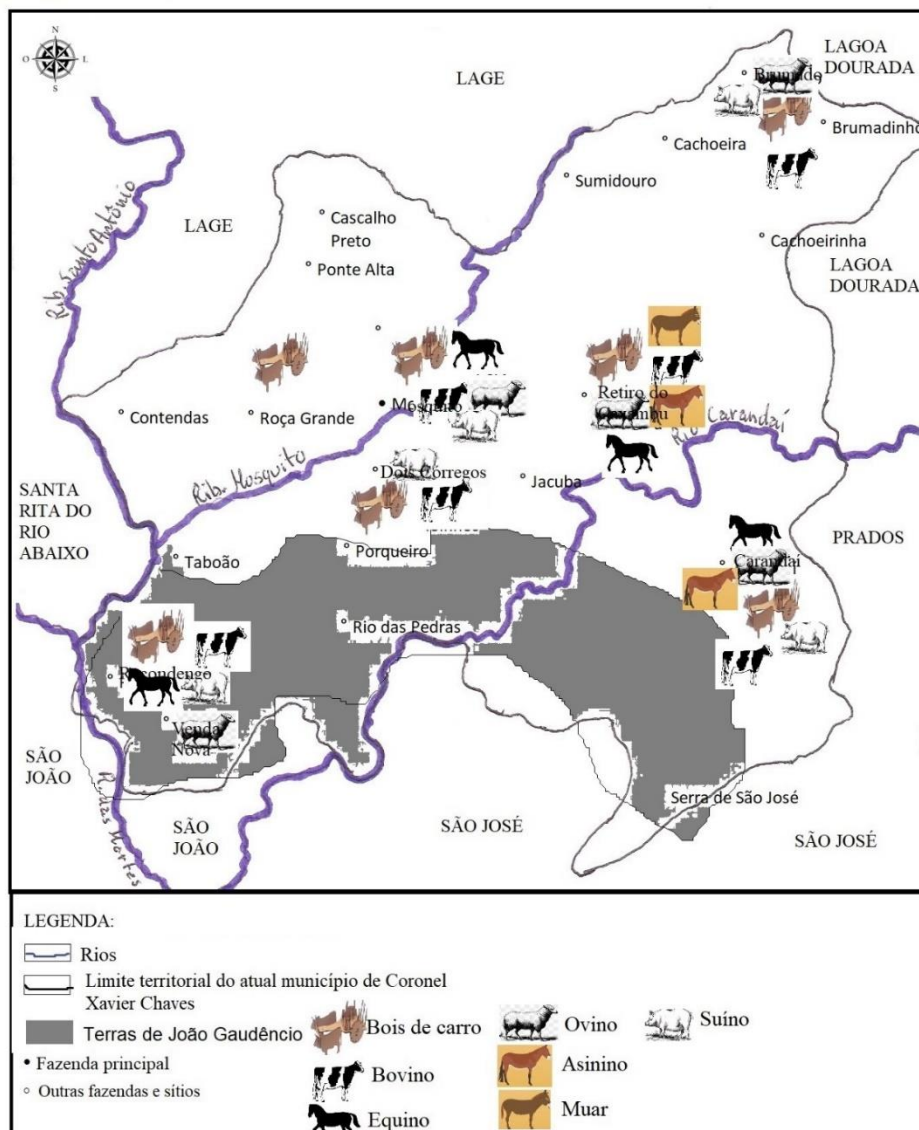
Com muitas terras disponíveis, as atividades pecuárias ganhariam importância. Sabendo que o quarteirão do Mosquito já se estruturou na conjuntura de diversificação da produção em Minas, na década de 1730, e foi uma área de produção de alimentos, apresentamos um mapa e uma tabela nos quais se destacam as atividades pecuárias desenvolvidas no quarteirão.

---

<sup>18</sup> Douglas Libby propõe o conceito de *acomodação evolutiva* para explicar a organização econômica de Minas Gerais na passagem entre os séculos XVIII e XIX, no qual é seguido por Carlos Malaquias, que aponta São José do Rio das Mortes como um microcosmo desta acomodação evolutiva, de uma economia surgida da mineração e continuada pelas atividades agrícolas e pastoris (LIBBY, 1988, p. 21-22; MALAQUIAS, 2014, p. 117). Mafalda Zemella também menciona que houve aquecimento de roças e indústrias locais e que a decadência do ouro conduziu a uma guinada para a agricultura em Minas Gerais (ZEMELLA, 1990, p. 201 e 215). Todavia, preferimos adotar a ideia de que sempre houve a conjugação dos fatores produtivos desde o início da colonização dos sertões das minas, o que é apontado por Francisco Andrade (2008).

<sup>19</sup> Marcos Andrade destaca a articulação econômica regional do sul de Minas com a Corte (ANDRADE, 2008, p. 23).

Mapa nº 4 – Pecuária no quarteirão do Mosquito



FONTE: Elaboração própria. APM, Registro de terras. Inventários *post-mortem*, Arquivo Histórico do Escritório Técnico do IPHAN de São João del Rei

TABELA Nº 1 – Pecuária no quarteirão do Mosquito

Período	Século XVIII*	1801-1820	1821-1840	1841-1860	1861-1883**
<b>Animaís</b>					
<b>Suínos</b>	173	24	44	47	82
<b>Bovinos</b>	122	86	1620	369	162
<b>Bois de carro</b>	20	21	226	163	83
<b>Equinos</b>	11	3	236	121	123



<b>Muares</b>	-	-	21	27	4
<b>Asininos</b>	-	-	24	19	3
<b>Ovinos</b>	35	73	153	2	-
<b>Total de inventários no período</b>	3	3	16	10	6

Fonte: Inventários *post-mortem* Arquivo Histórico do Escritório Técnico do IPHAN – São João del-Rei. Notas: \*Os três documentos datam de 1766, 1788 e 1795. \*\*A data final coincide com o último documento pesquisado.

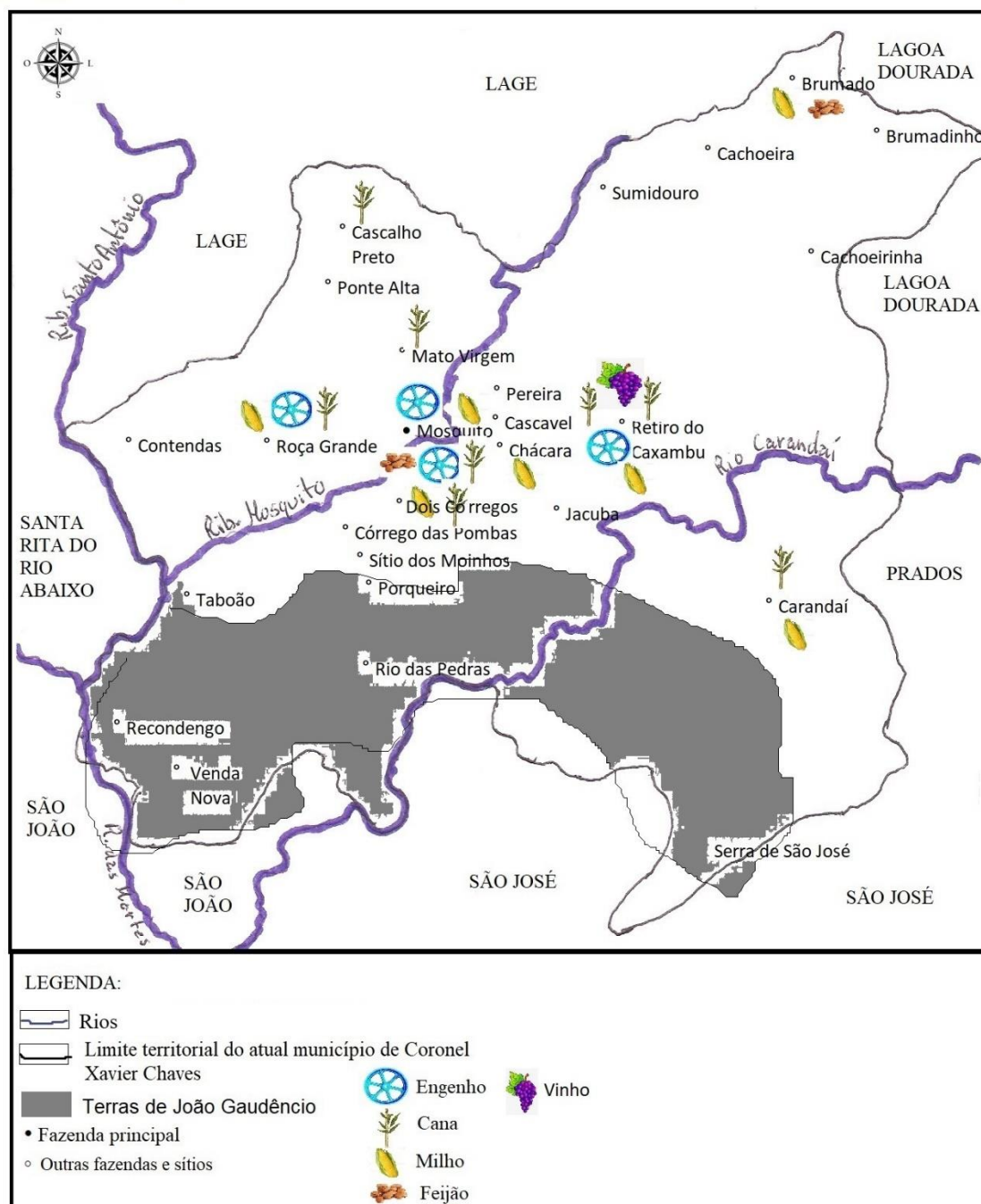
A agricultura também foi importante no Mosquito, mas seu consumo era mais local, diferente da pecuária, que teve bastante venda, especialmente para o Rio de Janeiro, ainda mais depois da chegada da família real portuguesa, em 1808.

**TABELA Nº 2 – Agricultura no quarteirão do Mosquito**

<b>Período</b>	<b>Século XVIII*</b>	<b>1801-1820</b>	<b>1821-1840</b>	<b>1841-1860</b>	<b>1861-1883**</b>
<b>Produção</b>					
<b>Milho</b>	16321,5 kg e 4 carros	20 carros	6 carros	2 roças e 36 carros	1 roça e 16 carros
<b>Feijão</b>	-	604,5 kg	-	1722,825kg	86,97kg
<b>Cana</b>	-	2 canaviais	6 canaviais	6 canaviais	4 canaviais e 82 carros
<b>Total de inventários no período</b>	3	3	16	10	6

Fonte: Inventários *post-mortem* Arquivo Histórico do Escritório Técnico do IPHAN – São João del-Rei. Notas: \*A partir de 1766. \*\*A data final coincide com o último documento pesquisado.

## Mapa nº 5 – Agricultura e Engenhos no quarteirão do Mosquito



FONTE: Elaboração própria. APM, Registro de terras. Inventários *post-mortem*, Arquivo Histórico do Escritório Técnico do IPHAN de São João del Rei

A principal mão-de-obra utilizada era composta de trabalhadores escravizados. Cabe demonstrar que a região do Mosquito estava inserida numa área dinâmica economicamente na primeira metade do Oitocentos, embora tenha sempre apresentado como atividade econômica de destaque a agropecuária, segundo consta nos pedidos de carta de sesmaria e nos inventários *post-mortem*, desde o início do século XVIII. Aproximadamente entre os anos de 1825-1835, Minas Gerais absorveu mais de 40% dos

cativos saídos do Rio de Janeiro, que seriam empregados em sua economia de abastecimento, caracterizada por escravarias de diferentes tamanhos. Fragoso menciona a absorção de 48,4% dos cativos registrados nas saídas de tropeiros do Rio de Janeiro para Minas Gerais entre 1825-1833 (FRAGOSO, 1998, p. 177). A comarca do Rio das Mortes demonstrava o maior dinamismo econômico e demográfico da província mineira: entre 1776 e 1821, a população total cresceu 158% e o número de negros e mulatos aumentou de 1/5 para 1/3 da população (FLORENTINO, 1997, p. 38-39).

Segundo Douglas Libby (1988, p. 97-98), as escravarias mineiras poderiam ser agrupadas em cinco patamares: um a cinco; seis a 20; 21 a 49; de 50 a 100; mais de 100, sendo a última raríssima, só sendo encontrada por ele em seis domicílios. Dada a raridade de escravarias superiores a 100 mancipios, Clotilde Paiva (1996, p. 103) propôs uma divisão diferente para caracterizar os tamanhos da escravaria mineira: pequenos (um a três); médios (quatro a 10); grandes (11 a 49); muito grandes (acima de 50). Graça Filho (2002) considera pequenas até cinco escravizados, pequenas medianas de seis a nove, médias de dez a vinte, grandes entre vinte e trinta e muito grandes com mais de trinta. Nesta pesquisa, adotaremos como referências uma mescla das proposições dos autores: um a cinco escravizados (pequenos proprietários), seis a 20 (médios), 21 a 49 (grandes) e com mais de 50, escravarias muito grandes, conforme a Tabela Nº 3 nos mostra.

**TABELA Nº 3 – Tamanho das escravarias no quarteirão do Mosquito, segundo os inventários, séculos XVIII e XIX**

Período Escravaria	Século XVIII*	1801-1820	1821-1840	1841-1860	1861-1883**
1 a 5	0	0	2	1	1
6 a 20	1	2	11	5	2
21 a 49	2	1	1	3	3
>50	0	0	2	1***	0

Fonte: Inventários *post-mortem* Arquivo Histórico do Escritório Técnico do IPHAN – São João del-Rei. Notas: \*Os três documentos datam de 1766, 1788 e 1795. \*\*A data final coincide com o último documento pesquisado. \*\*\*1849.

Maria Lúcia Teixeira (2007, p. 84) analisando o distrito da Lage, área que produzia para o mercado interno, a partir das listas nominativas de 1795, 1831 e 1838, apontou que os fogos com até cinco escravizados variaram entre 49%, 59,7% e 48,3%, detendo 13,4%, 14,2% e 9,3%, respectivamente dos cativos. Paula Pinto (2018, p. 242, p. 266), analisando a mesma região, mas utilizando inventários para as décadas de 1850 a

1870, percebeu uma mudança no padrão de riqueza da Lage, com concentração nas escravarias com mais de 20 indivíduos e não encontrou mais escravarias superiores a 50, como Teixeira localizara na década de 1830, passando a predominar as médias propriedades na região. Analisando a Tabela nº 1 acima, é corroborada a constatação de Paula Pinto. Vale sempre lembrar que estamos analisando a mesma região, apenas focando a lupa mais diretamente em um conjunto de fazendas, as do quarteirão do Mosquito.

Afonso Alencastro apontou a média de tamanho de escravaria de São João del Rei, segundo a lista nominativa de 1831/32, em 15 cativos por propriedade (GRAÇA FILHO, 2002, p. 113). A média das escravarias do quarteirão do Mosquito em 1838, seguindo a lista de população do Curato da Lage, era de 9,25, distribuídos em 32 fogos.<sup>20</sup> Havia 17 fogos com escravizados arrolados, ou seja, em 53% dos fogos tínhamos escravizados presentes. 64,7% deles estavam em 11 pequenas propriedades com até cinco mancípios. Muitos destes pequenos proprietários foram descritos como agregados. Apenas o fogo de Cândido José Gonçalves e Ana Clara de Jesus apresenta algum parentesco com o núcleo familiar dos Faria. Mas ainda assim, é indireto: Ana Clara é neta bastarda de Alexandre Gonçalves de Melo. 11,8 % (2 fogos) estavam na faixa de 6 a 20 cativos; apenas um fogo (5,9%) na faixa de 21 a 49 (com 23 escravizados) e três fogos (17,6%) apresentavam mais de 50 escravizados. Vale ressaltar que todas as médias e grandes propriedades da lista de população de 1838 eram de membros da parentela do Mosquito, havendo uma única exceção, João Gaudêncio de Jesus. É interessante pensar que a lista nominativa arrolava um maior número de pessoas do que aquelas que seriam abarcadas pelos inventários, dada a concentração de riquezas. Desta forma, os inventários *post-mortem* fornecem números superiores nas médias de tamanhos de escravarias. Entre 1766 e 1795, a média é de 23 escravizados por propriedade; de 1801 a 1820, 16,6; entre 1821 e 1840, temos 17,7 escravizados por proprietário; de 1841 a 1860 são 24,5; e, no período final, 1861-1883, 16,6.<sup>21</sup> Há um predomínio claro de propriedades de porte médio, o que ajuda a entender a lógica de organização econômica da parentela do Mosquito. Mas é importante ressaltar que as maiores propriedades escravistas do quarteirão eram, *de facto*, da parentela: Francisca Maria de Lara, em 1831, teve 76

---

<sup>20</sup> Utilizamos a lista de população de 1838 para o quarteirão do Mosquito porque é nela que há a separação espacial desta maneira. A lista de 1831/32 englobava a grande maioria do Mosquito à Vila de São José, o que não permitiu traçar a comparação com a análise empreendida por Graça Filho para o mesmo período.

<sup>21</sup> As balizas de datas adotadas seguiram a datação dos documentos encontrados no Arquivo Histórico do Escritório Técnico do IPHAN de São João del Rei.

escravizados inventariados, o ápice de nossa mostra. Todas as propriedades com mais de 50 escravizados arrolados nos inventários eram da parentela dos Faria. A mãe de Francisca, Josefa Maria de Faria, arrolara 52 cativos em seu inventário de 1830 e outra filha, Ângela Maria de Faria, que se casou com o viúvo de sua irmã Francisca, em 1849, possuía 69 escravizados.<sup>22</sup> Baseados nos inventários apresentamos os seguintes índices de concentração das escravarias, conforme a Tabela Nº 4.

**TABELA Nº 4 – Porcentagem de distribuição das escravarias no quarteirão do Mosquito, segundo os inventários, séculos XVIII e XIX**

Escravaria Período	1 a 5	6 a 20	21 a 49	>50	Total de proprietários
1766-1795	-	33,3%	66,7%	-	3
1801-1820	-	66,7%	33,3%	-	3
1821-1840	12,5%	68,75%	6,25%	12,5%	16
1841-1860	10%	50%	30%	10%	10
1861-1883	16,7%	33,3%	50%	-	6

Fonte: Inventários *post-mortem* Arquivo Histórico do Escritório Técnico do IPHAN – São João del-Rei.

Enfim, abordamos como se configurou o quarteirão do Mosquito entre os séculos XVIII e XIX, observando como um conjunto de famílias ocupou uma determinada área de fazendas e explorou-a economicamente, a ponto de conformar uma municipalidade no século XX, a cidade e município de Coronel Xavier Chaves.

#### **Referências bibliográficas:**

ANDRADE, Francisco Eduardo de. A conversão do sertão: capelas e a *governamentalidade* nas Minas Gerais. *Varia Historia*. Belo Horizonte, vol. 23, nº 37, jan/jun 2007, p. 151-166.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora/ Editora PUC Minas, 2008.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Brasília: Senado Federal, 2001 (Coleção O Brasil Visto por estrangeiros).

<sup>22</sup> Na lista de população de 1838, Ângela Maria de Lara residia com o esposo Mateus Furtado de Mendonça na Fazenda do Caxambu e possuía 67 escravizados arrolados, aos quais somavam-se no mesmo fogo mais seis de seu irmão, o padre Joaquim Gonçalves Lara, perfazendo um total de 73 escravizados. A tia de Ângela, Bernarda Francisca de Faria residia na Roça Grande com o casal de sobrinhos Alexandre Gonçalves Parreiras e Maria Luzia de Mendonça, perfazendo 86 escravizados. O viúvo de Josefa Maria de Faria, o quartel-mestre João Gonçalves de Lara e Góes, morava na Fazenda do Mosquito com 49 cativos que se somavam aos 12 do filho que ocupava o mesmo fogo, João Gonçalves de Faria Lara Júnior, casado com a prima Rita de Mendonça, perfazendo uma propriedade de 61 mancipios.

CHAVES, Cláudia. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. 1ª. ed. São Paulo: Annablume, 1999.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. “*Melhoramentos no Brasil*”: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822). 2001. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea: Economia e Sociedade) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

CHAVES, José Maria da Conceição. *Memórias do antigo Arraial de Nossa Senhora da Penha de Lage, atual cidade de Resende Costa: desde os proêmios de sua existência até os dias presentes*. Resende Costa: AMIRCO, 2014.

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras – Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura – Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais, São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *O Amanho do Ouro – elites econômicas na antiga Comarca do Rio das Mortes, do século XVIII ao XIX*. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2020.

LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MELO, Keila Cecília. *Senhores e Possuidores: Estrutura Fundiária, Unidades Rurais Pró-indiviso e o Mercado de Terras em Minas Gerais - São José Do Rio das Mortes, c.1830 a c.1856*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São João del-Rei. Departamento de Ciências Sociais, São João del Rei, 2015.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PINTO, Fábio Carlos Vieira. *Uma prosopografia do Quarteirão do Mosquito: famílias, fazendas e a economia agropastoril das Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. 2021. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.

PINTO, Paula Chaves Teixeira. *De Minas para a Corte, Da Corte para Minas. Movimentações familiares e trocas mercantis (1790-1880)*. São Paulo: Alameda, 2018.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo. Domicílios ou famílias do passado – Minas Gerais, 1830*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. *Histórico da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Mosquito, atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário da Cidade de Coronel Xavier Chaves (apostila)*. Apresentação oral organizada pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Coronel Xavier Chaves, 28/07/2021.

TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes*. O distrito da Lage e o Quarteirão do Mosquito. São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves: Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2007.

TRINDADE, Cônego Raimundo. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Ministério da Educação e Saúde, 1945.

TRINDADE, Cônego Raymundo. *Arquidiocese de Mariana*. Subsídios para sua história. 2ª edição, 1º volume. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania da Minas Gerais no século XVIII*. 2ª edição. São Paulo, HUCITEC, 1990.